



o b s e r v a

RESEARCH BRIEF 2015

CONSULTA MUNDIAL SOBRE CLIMA E ENERGIA: RESULTADOS EM PORTUGAL E NOS PAÍSES DA CPLP

Luísa Schmidt

Ana Delicado

Susana Fonseca

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

ICS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Em junho de 2015 realizou-se uma consulta pública mundial, World Wide Views sobre clima e energia, cujos principais objetivos foram:

- Suscitar o interesse dos cidadãos pelo problema das alterações climáticas, informá-los sobre os assuntos que estão a ser negociados e envolvê-los no debate sobre as soluções nacionais e internacionais;
- Fazer ouvir a voz dos cidadãos, recolhendo as suas opiniões sobre as decisões a serem tomadas na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21), que se realizará em Paris, em Dezembro de 2015;
- Informar os decisores presentes na cimeira sobre as opiniões e expectativas dos cidadãos em relação às decisões tomadas na COP21, que irão afetar a vida de todos.

Os resultados deste debate global de cidadãos estão disponíveis online e estão a ser comunicados não só aos negociadores da COP21, mas também a governos, funcionários da administração, instituições europeias e das Nações Unidas, autoridades locais, empresas, etc. A consulta pública foi promovida pelo secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, a Comissão Nacional Francesa para o Debate Público, a *Danish Board of Technology Foundation* e a *Missions Publiques*, com o apoio do Governo Francês, anfitrião da Convenção das Partes de 2015 – COP21¹.

Este research brief apresenta os resultados da consulta pública em Portugal e compara-os com os resultados obtidos a nível mundial, na União Europeia e nos países de língua oficial portuguesa – Brasil, Moçambique e Cabo Verde.

Metodologia

O evento *World Wide Views* Clima e Energia realizou-se no dia 6 de junho de 2015, tendo sido realizados 97 debates em 76 países, envolvendo cerca de dez mil cidadãos.

Em Portugal o evento decorreu no ICS-ULisboa, tendo participado 108 cidadãos de diferentes estratos etários, género, níveis educacionais e origens geográficas.

O evento foi dividido em cinco sessões temáticas: (1) a importância de intervir sobre as alterações climáticas; (2) os instrumentos para intervir; (3) as negociações das Nações Unidas e compromissos nacionais; (4) justiça e distribuição de esforços; (5) cumprimento e manutenção das promessas sobre o clima.

No início de cada sessão foi apresentado um vídeo de enquadramento, seguido de debate entre os cidadãos presentes em cada uma das 14 mesas (cada mesa tinha cerca de oito pessoas).

Após o debate em cada mesa, foi solicitado a cada cidadão que expressasse a sua opinião através da resposta a um questionário, tendo-se realizado, ao todo, cinco questionários temáticos. Os dados foram sendo integrados na base de dados à medida que as mesas iam votando sobre cada tema, com o intuito de os poder disponibilizar quase de imediato. Para garantir uma abordagem mais enriquecedora e possibilitar a integração de dados qualitativos na análise dos resultados, cada uma das mesas teve, para além de um moderador, um relator, com a incumbência de tomar notas sobre as discussões mais relevantes e os diferentes pontos de vista apresentados em cada um dos momentos de discussão.

Os resultados obtidos nesta consulta pública, bem como uma descrição mais exaustiva dos procedimentos, estão disponíveis num relatório global (Bedsted et al. 2015) e num nacional (Fonseca, Schmidt e Delicado 2015).

¹ A iniciativa foi coordenada pela *Danish Board of Technology* em colaboração com *Missions Publiques* e a Comissão Nacional Francesa para o Debate Público e foi implementada pelos parceiros que constituem a Aliança *World Wide Views*
<http://climateandenergy.wwwviews.org/national-and-regional-partners/>

TEMA 1 – SENSIBILIDADE SOBRE O TEMA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

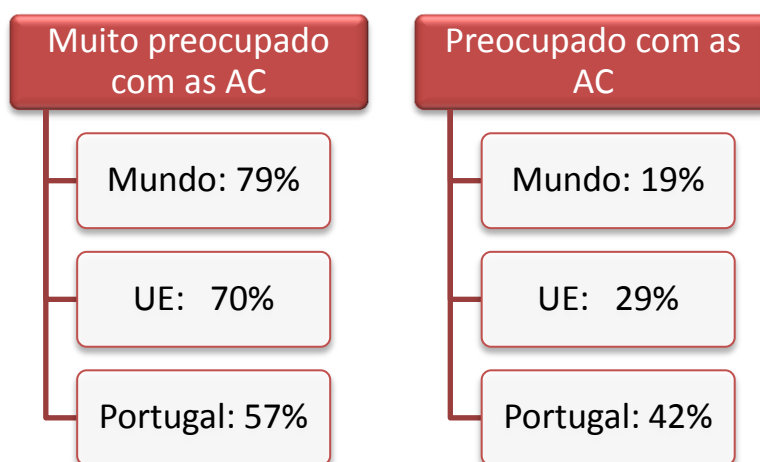
A preocupação com o tema

Esta consulta pública revelou uma elevada preocupação com o tema das alterações climáticas: 56% dos participantes afirma-se muito preocupado e 43% preocupado, o que perfaz 99%.

No entanto, quando se comparam os resultados nacionais com os resultados registados a nível

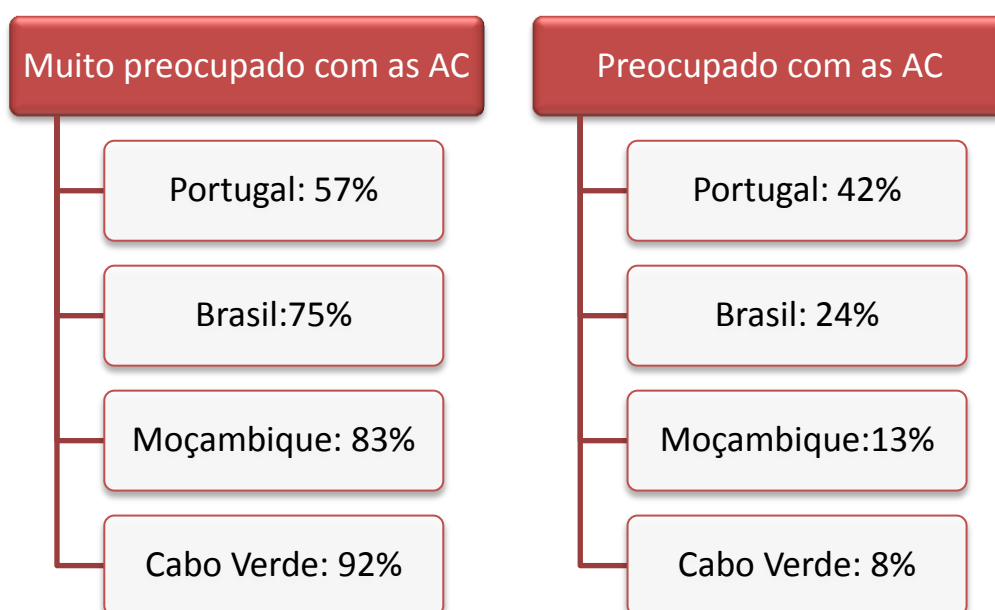
mundial e ao nível dos países da União Europeia que participaram nesta iniciativa, Portugal apresenta um menor nível de preocupação do que o registado pela comunidade internacional.

Em Portugal o número de respostas na categoria «muito preocupado» atinge os 56%, ao passo que a nível mundial (78%) e ao nível da UE (70%) os resultados nesta categoria são mais expressivos.



A tendência de resposta nos três países da CPLP que participaram nesta consulta difere da observada em Portugal e aproxima-se muito da

registada a nível mundial, com uma clara maioria das respostas a centrar-se na primeira categoria «muito preocupado».

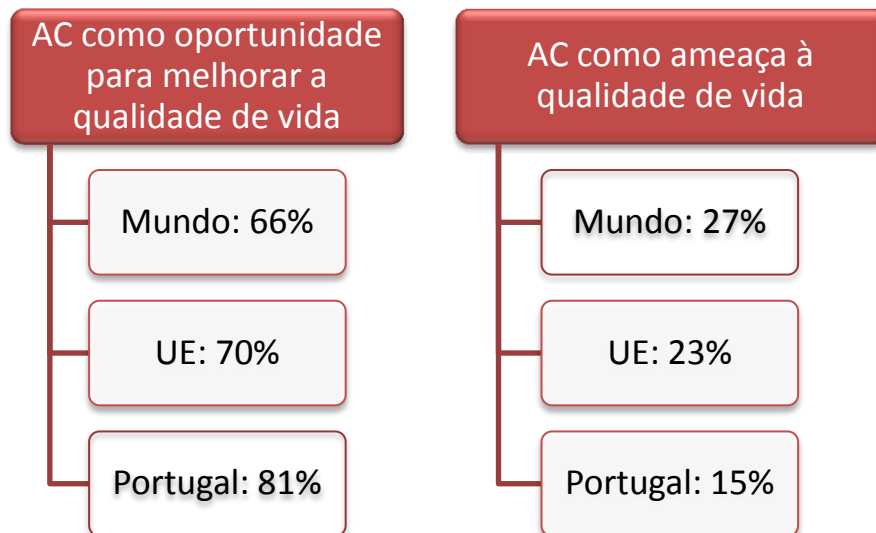


A perspetiva sobre o desafio para a vida de cada um

Quanto ao impacto que as medidas para combater as alterações climáticas podem ter na qualidade de vida, observa-se o claro reconhecimento (81%) de que as medidas que terão que ser tomadas para combater as alterações climáticas são uma oportunidade para

melhorar a qualidade de vida. Apenas 15% olham para estas medidas como uma ameaça.

Portugal destaca-se na comparação internacional ao ser aquele que com maior frequência encara as medidas necessárias para combater as alterações climáticas como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida.



Esta perspetiva positiva parece ancorar na consciência de que as medidas de combate às alterações climáticas poderão ter um impacto significativo na vida quotidiana e implicar mudanças.

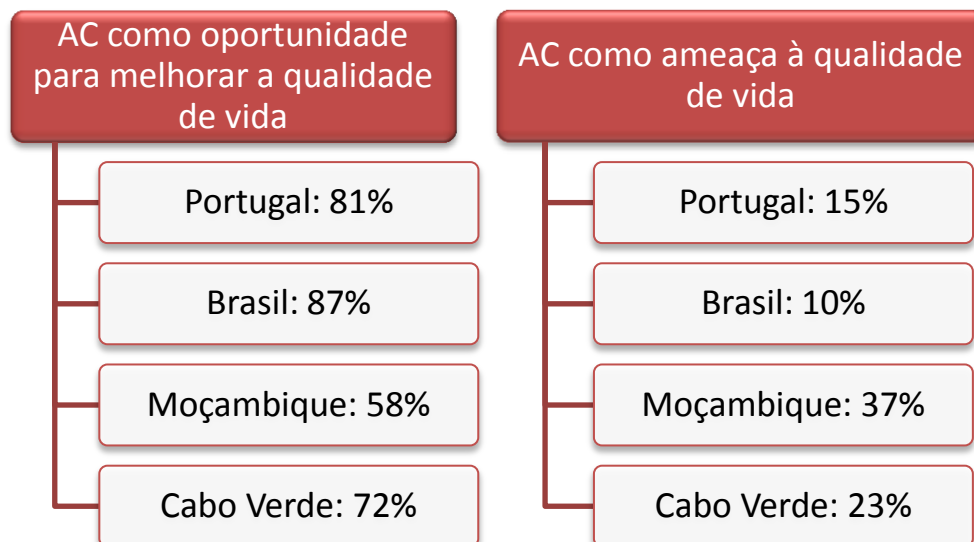
Mas se uns sublinham a importância de recuperar alguns hábitos antigos de maior contenção e

reutilização, para além de reforçarem muito a ideia de que a mudança só será possível através da educação, outros preferem colocar a tónica nas potencialidades da inovação e desenvolvimento tecnológico, para tornar mais sustentáveis os hábitos de conforto, sem grandes alterações inerentes ao uso pelos cidadãos.



Não obstante a preocupação revelada, em Cabo Verde e, em particular em Moçambique, as medidas para combater as alterações climáticas são vistas, com maior frequência, como uma ameaça à qualidade de vida. Neste tema o Brasil

aproxima-se mais da perspectiva registada em Portugal, surgindo como o país que com maior frequência encara a luta contra as alterações climáticas como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida.

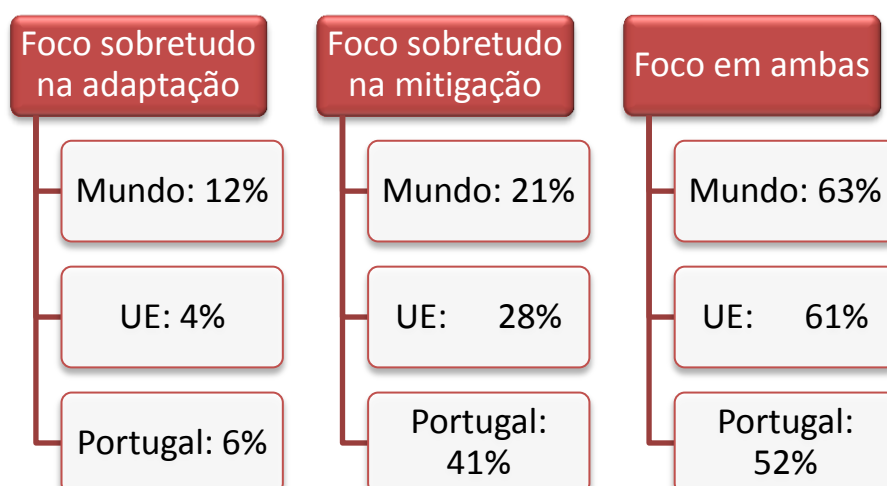


Mitigar ou adaptar

Sobre o âmbito privilegiado das ações para combater as alterações climáticas no futuro próximo, nomeadamente se o foco deverá ser mais na mitigação (medidas que evitem o agravamento das alterações climáticas), ou na adaptação (medidas que preparem as populações e as infraestruturas para os impactos das alterações climáticas), a resposta mais frequente aponta para a necessidade de combinar as duas estratégias (52% defendem esta posição).

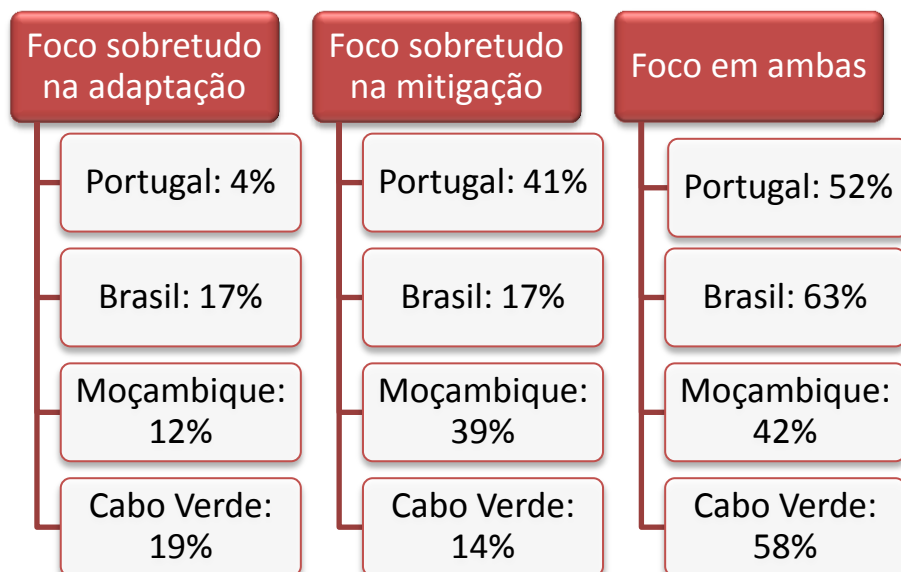
Ainda assim, um número significativo de respostas (41%) aponta para a necessidade das medidas políticas se centrarem essencialmente nos esforços de mitigação das alterações climáticas, ou seja, na redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Portugal destaca-se de forma muito evidente dos resultados observados no contexto mundial e da UE, com quase o dobro das respostas a apontar no sentido da mitigação, ainda que, em qualquer dos três casos analisados, a resposta maioritária seja sempre a da conjugação de estratégias – mitigação e adaptação.



No âmbito da CPLP, as posições de Portugal e Moçambique seguem um padrão próximo, onde é dado particular relevo à importância de apostas em estratégias de mitigação, sendo que Brasil e

Cabo Verde defendem que a adaptação (por si só, mas em particular em conjugação com estratégias de mitigação) deve ser a prioridade.

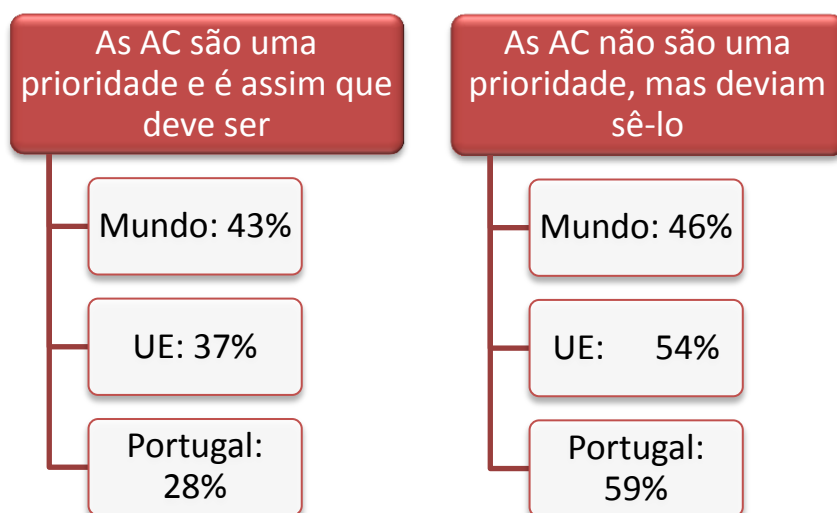


Estará o país a desempenhar o seu papel?

Sobre a forma como Portugal está a lidar com a questão das alterações climáticas, a maioria considera que o assunto não é ainda uma prioridade nacional, mas deveria sê-lo (59%). Outros 28% consideram que as alterações climáticas já são uma prioridade nacional e concordam que assim seja.

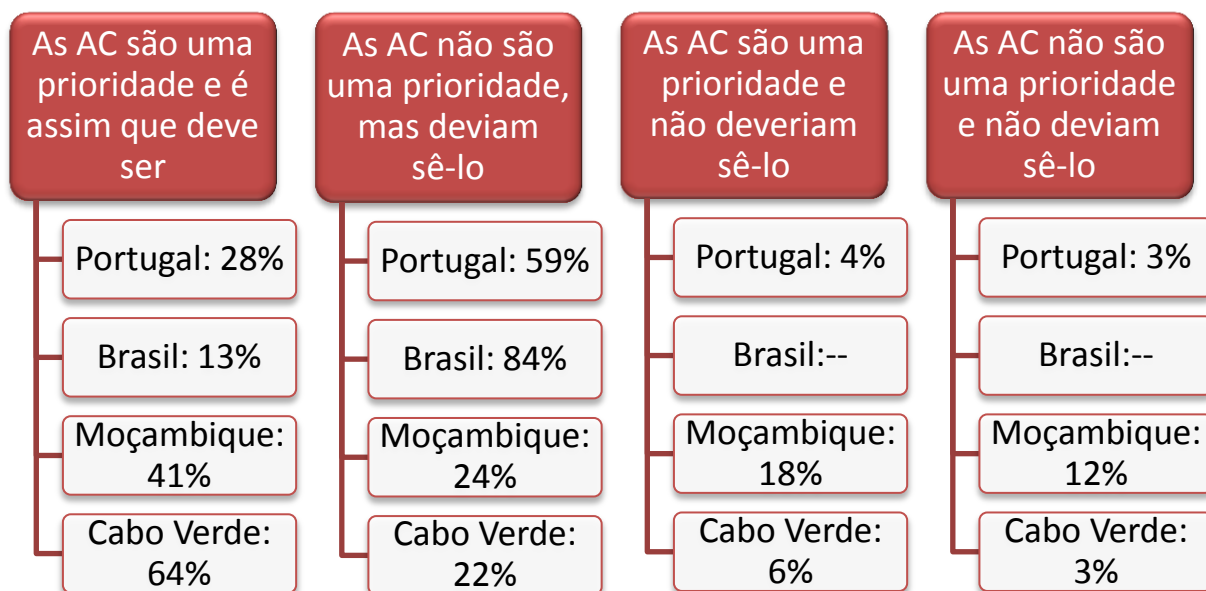
Em Portugal existe uma visão mais pessimista em relação à prioridade dada ao tema no país do que

o conjunto dos países participantes a nível mundial e a nível da União Europeia, onde as respostas apontam de forma expressiva que o tema já é uma prioridade e assim dever ser, é bastante mais expressiva, ainda que nunca seja a maioritária. A opção de resposta mais selecionada em qualquer um dos três contextos sujeitos a comparação é a de que as alterações climáticas ainda não são uma prioridade, mas deveriam sê-lo.



De forma algo surpreendente, Moçambique (41%) e Cabo Verde (64%) surgem destacados a considerar que as alterações climáticas já são uma prioridade nacional e assim deve ser. No sentido contrário encontramos o Brasil, onde apenas 13% consideram que o tema é já uma prioridade no país. Neste caso, uns expressivos

84% referem que, muito embora as alterações climáticas ainda não sejam uma prioridade, deveriam sê-lo. Moçambique é o país onde se regista o número mais elevado de respostas que consideram que este tema não deveria ser uma prioridade nacional, quer já o seja ou não.



A urgência da ação

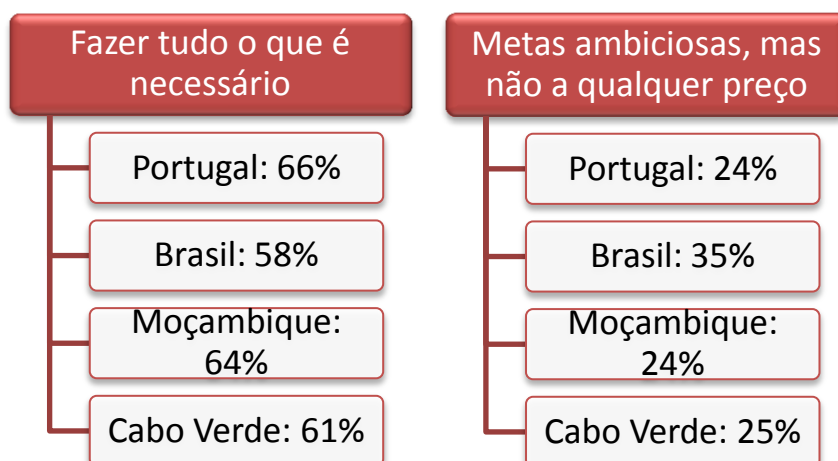
O grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas, que passa por fazer tudo o que for necessário para limitar a subida das temperaturas, de modo a não ultrapassar os 2 graus Celsius, vai no sentido da assunção de uma posição exigente para com os resultados da COP21.

- 66% considera que o acordo deve conter as medidas e os objetivos necessários

para cumprir a meta global de manter o aumento da temperatura até 2 graus Celsius.

- 25% defende que a posição deveria ser um pouco mais cautelosa e, embora assumindo metas e ações ambiciosas, não o fazer sem uma ponderação de outros aspetos que possam contrabalançar a ambição.

Esta postura é muito semelhante à observada nos restantes países da CPLP que participaram na consulta pública.

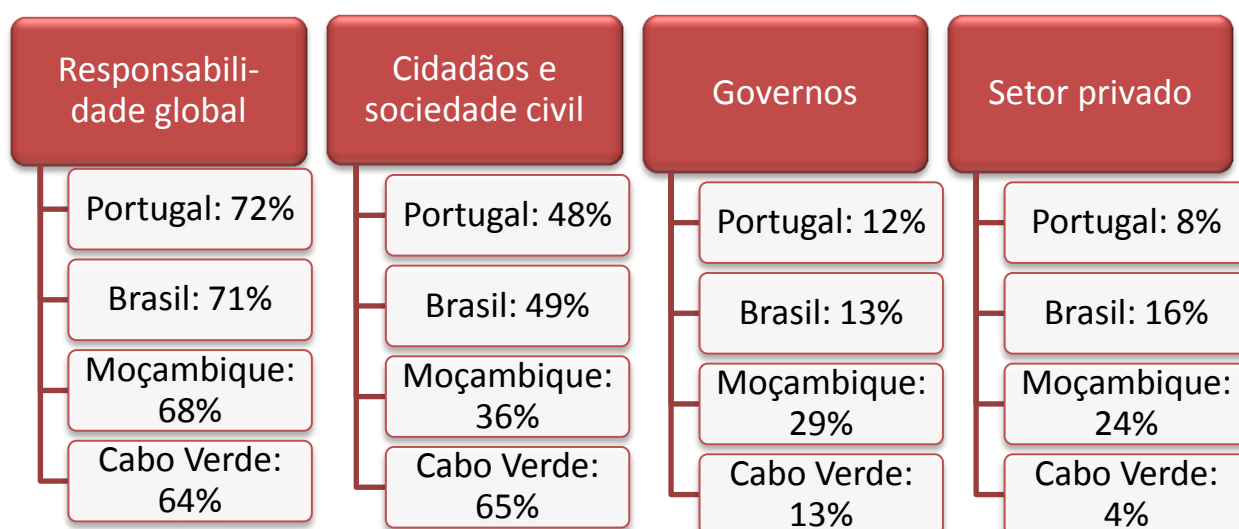


TEMA 2 – POSSÍVEIS ABORDAGENS E INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO

A responsabilidade pela ação

Perante a necessidade de identificar os principais responsáveis por intervir sobre o tema das alterações climáticas constata-se que a intervenção à escala da governação nacional parece estar descredibilizada, já que os cidadãos selecionaram de forma destacada o

enquadramento global (através de um acordo internacional sobre clima) (72%) e a intervenção dos próprios cidadãos, quer por si, quer em iniciativas da sociedade civil (48%). Os governos nacionais, as empresas e o setor privado ou a administração local foram muito pouco assinalados.



Abordagens e instrumentos preferenciais para reduzir as emissões

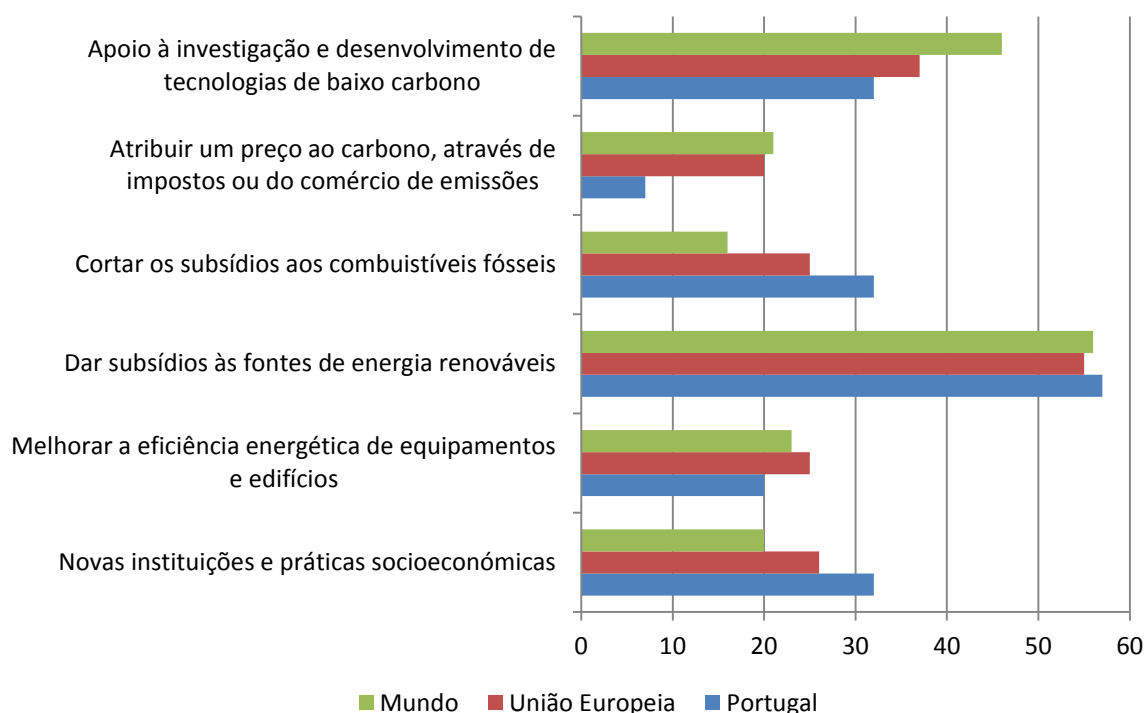
Quando questionados sobre quais as medidas que preferem para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, as preferências recaíram sobre:

- apoiar as fontes de energia com baixa emissão de carbono, nomeadamente as energias renováveis (57%);
- apoiar a investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono (por exemplo baterias para automóveis eficientes) (32%);
- cortar os subsídios aos combustíveis fósseis (32%);
- implementar novas instituições e práticas socioeconómicas (31%).

A integração dos resultados a nível mundial e da União Europeia permite verificar:

- Um amplo consenso em relação ao apoio às energias com baixa emissão de carbono (energias renováveis) e algumas diferenças.
- O apoio à investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono tem maior apoio na UE e no mundo, do que em Portugal;
- Os instrumentos que permitem atribuir um preço ao carbono conhecem muito maior apoio além-fronteiras (mundo – 21%; UE – 20%; Portugal – 7%).
- O corte nos subsídios aos combustíveis fósseis apresenta a variação oposta, com Portugal a apresentar o dobro das respostas registadas a nível mundial (32% versus 16%).

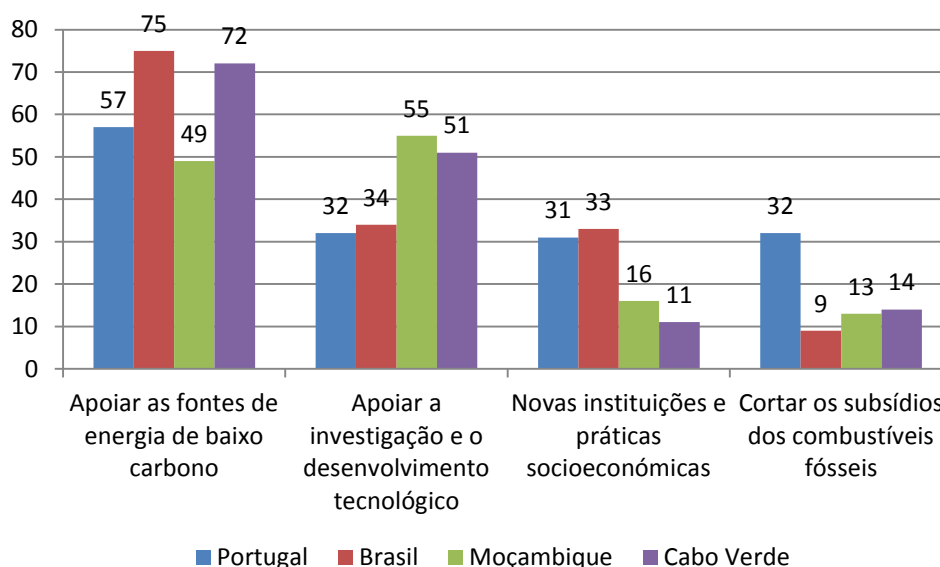
Gráfico 1. Comparação das medidas consideradas mais eficazes para combater as alterações climáticas, em Portugal, na UE e no mundo (%)



Quanto às medidas que os países de expressão portuguesa consideram que deveriam ser privilegiadas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, o apoio a fontes de energia com baixas emissões de carbono surge com maior destaque em todos os países, com exceção de Moçambique, onde o apoio à investigação e

desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono é selecionado com maior frequência. A aposta na investigação e no desenvolvimento tecnológico recebe também bastante apoio em Cabo Verde, sendo que a posição do Brasil se aproxima da portuguesa.

Gráfico 2. Comparação das medidas consideradas mais eficazes para combater as alterações climáticas, em Portugal, no Brasil, em Moçambique e em Cabo Verde (%)



Os instrumentos considerados mais relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa são:

- programas de educação sobre as alterações climáticas dirigidos à população em geral (74%),
- valorização do conhecimento local e/ou tradicional para o desenvolvimento de soluções (37%)
- proteção das florestas tropicais (33%).
- intervenção das Nações Unidas através de convenções ou programas (23%).

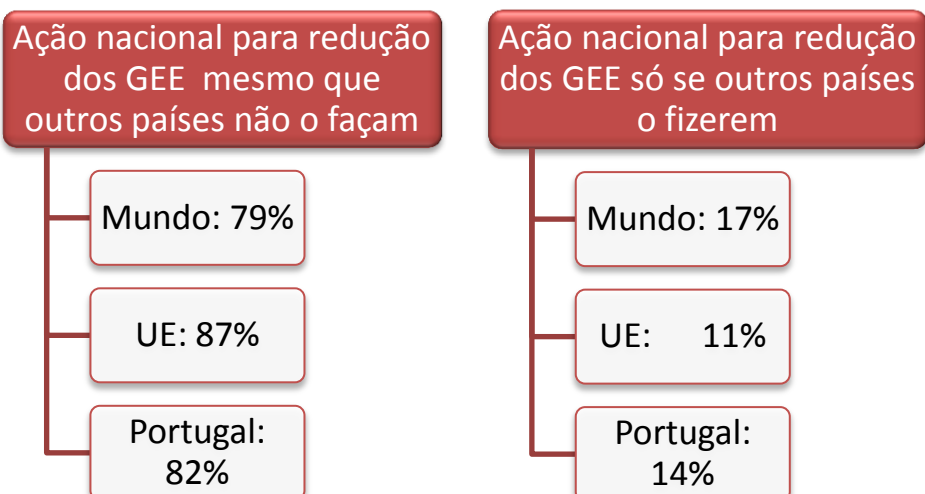


TEMA 3 – OS CAMINHOS MAIS DESEJADOS

Ação nacional ou ação global?

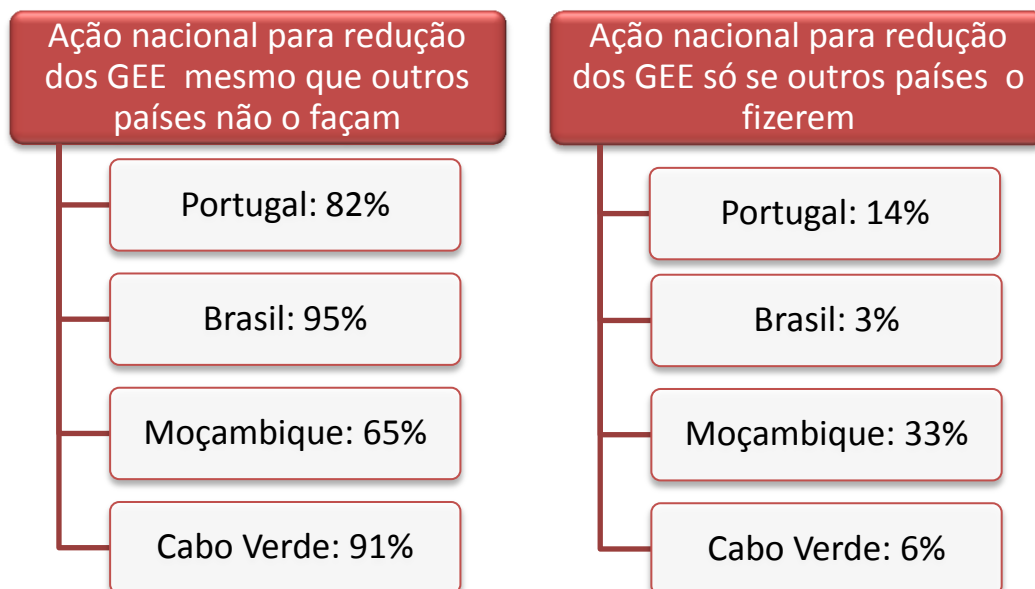
Sobre a necessidade de cada país avançar com medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa, mesmo que outros países

não o façam, foi claramente defendida por todos a ideia que cada país deve, de facto, avançar com essas medidas, mesmo que outros não avancem no mesmo sentido.



Volta a observar-se uma posição diferente por parte de Moçambique, por ser o país onde mais pessoas assumem que a ação nacional só deve acontecer num contexto em que muitos outros países também tomem medidas (33%). Os

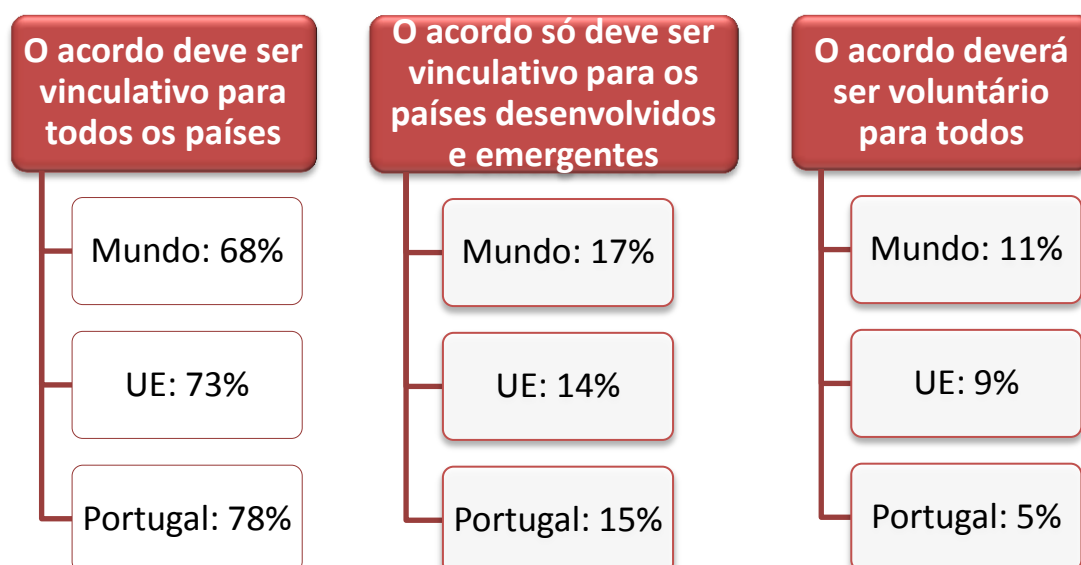
restantes países respondem de forma muito expressiva que, independentemente de outros países tomarem medidas, o seu país deve avançar



O Acordo de Paris – vinculativo ou não?

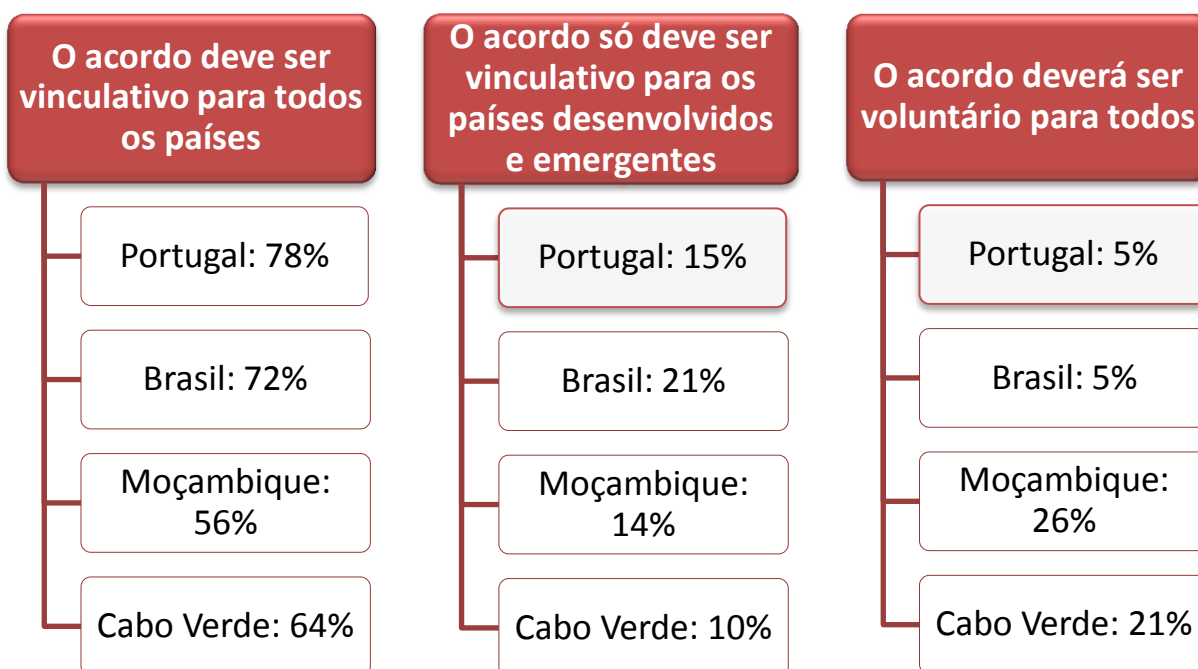
A natureza vinculativa ou a exigência dos seus objetivos no curto, médio e longo prazo têm fomentado um amplo debate no âmbito da preparação do futuro acordo de Paris. Para os participantes na consulta pública mundial é claro

que o futuro acordo deve incluir um objetivo de longo prazo para conseguir atingir emissões zero no final do século XXI e que este deve ser obrigatório legalmente para todos os países.



Moçambique volta a ser o país que se destaca mais dos restantes, ao considerar com maior frequência que este objetivo de longo prazo deve ser aplicado, essencialmente, aos países com

maiores rendimentos ou então, que a sua aplicação deve ser voluntária por parte de todos. Cabo Verde também segue um pouco esta linha, mas de forma menos pronunciada.



Não obstante serem reconhecidos os problemas e dificuldades inerentes aos processos de concertação internacional, um acordo não vinculativo tende a ser visto como “pouco credível”.

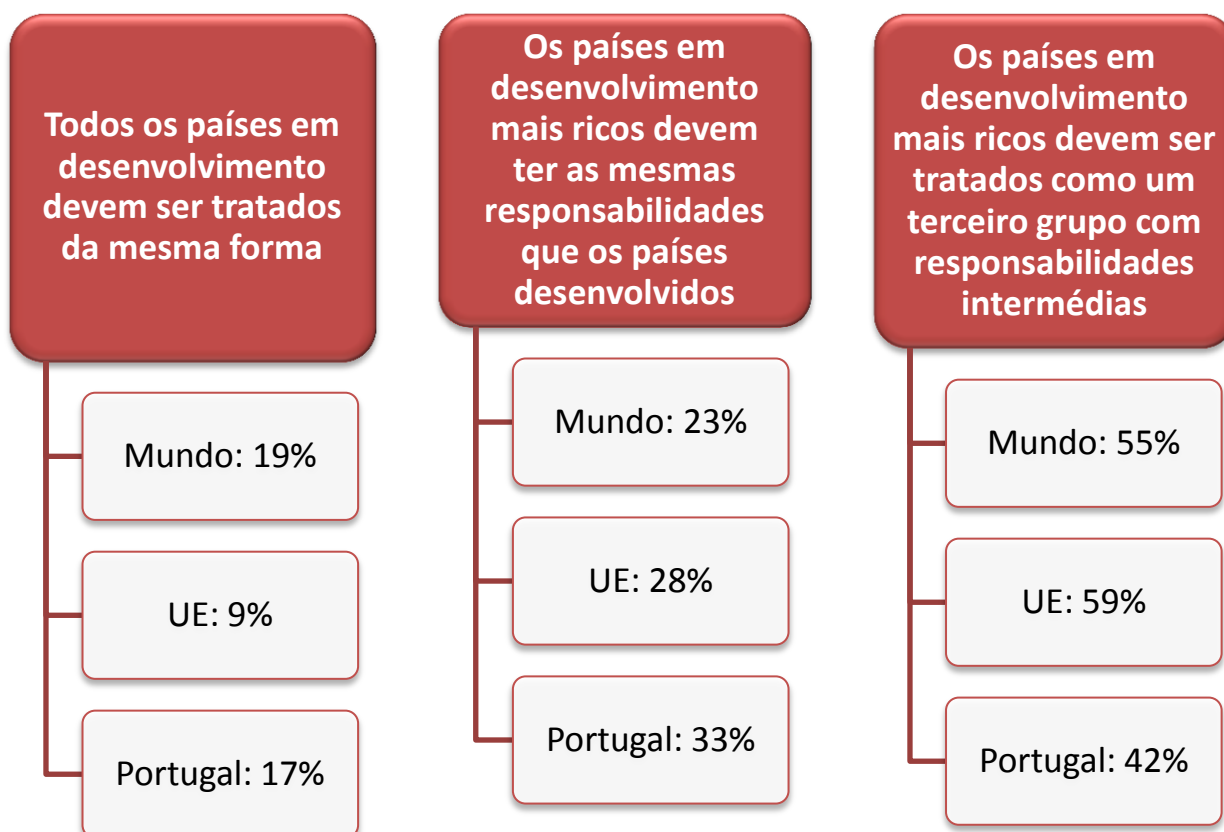
Este debate acaba por incluir uma outra questão central: a das responsabilidades comuns mas diferenciadas, até hoje baseadas na classificação do nível de desenvolvimento de cada país, contida no anexo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC).

Esta classificação é hoje controversa, pois o mundo mudou muito desde 1992 e surge o debate sobre a existência de países então classificados como “em desenvolvimento”, que

hoje estão praticamente ao nível dos países desenvolvidos.

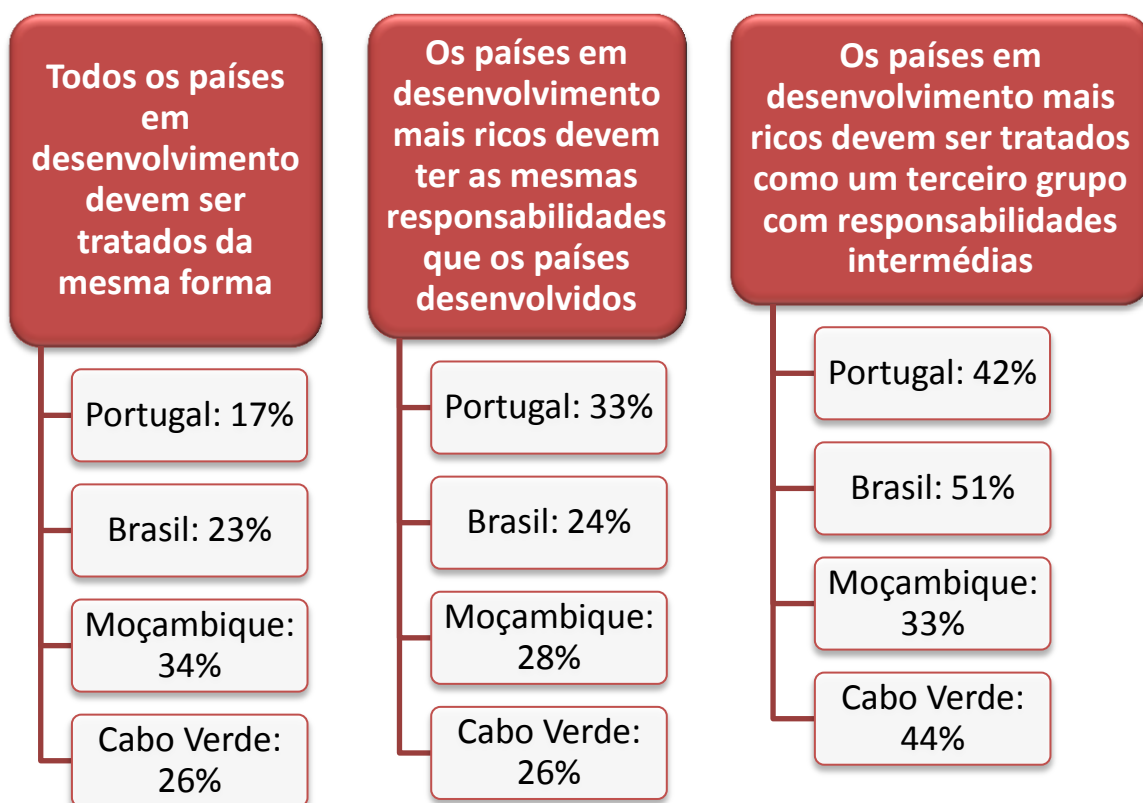
Sobre este tema não existem respostas evidentes, mas registam-se duas tendências mais marcadas:

- 42% consideram que os países em desenvolvimento devem ser tratados como um terceiro grupo, com mais responsabilidades do que os países em desenvolvimento com menores rendimentos, mas com menos responsabilidades do que os países desenvolvidos;
- 33% defendem que os países em desenvolvimento mais ricos devem ter as mesmas responsabilidades que os países desenvolvidos.



Moçambique volta a distinguir-se ao apresentar uma distribuição bastante equilibrada das respostas nas três opções disponíveis. Os restantes países de língua portuguesa demonstram tendências mais claras no sentido de considerar que os países em desenvolvimento

que estão em melhores condições financeiras devem ser enquadrados num terceiro grupo e assumir maiores responsabilidades do que os países menos desenvolvidos e menos do que os países desenvolvidos.

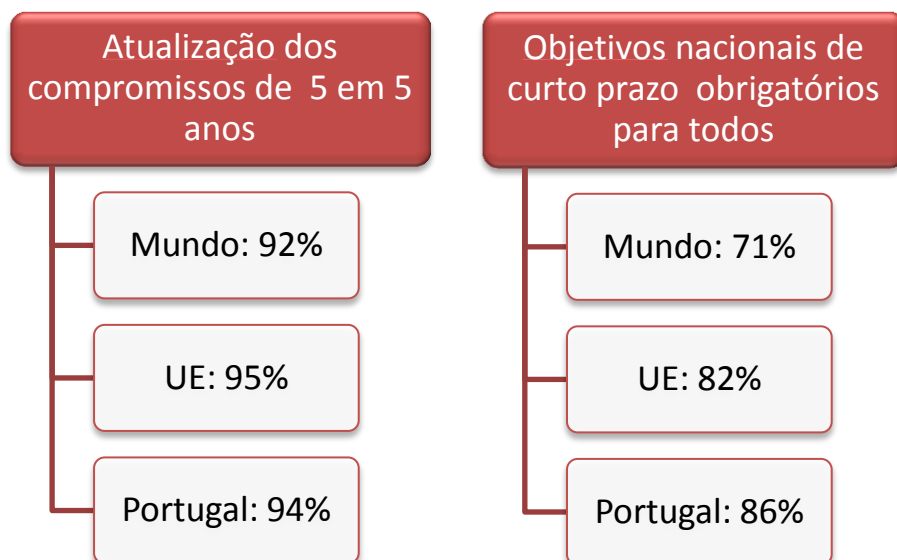


A estabilidade dos compromissos assumidos

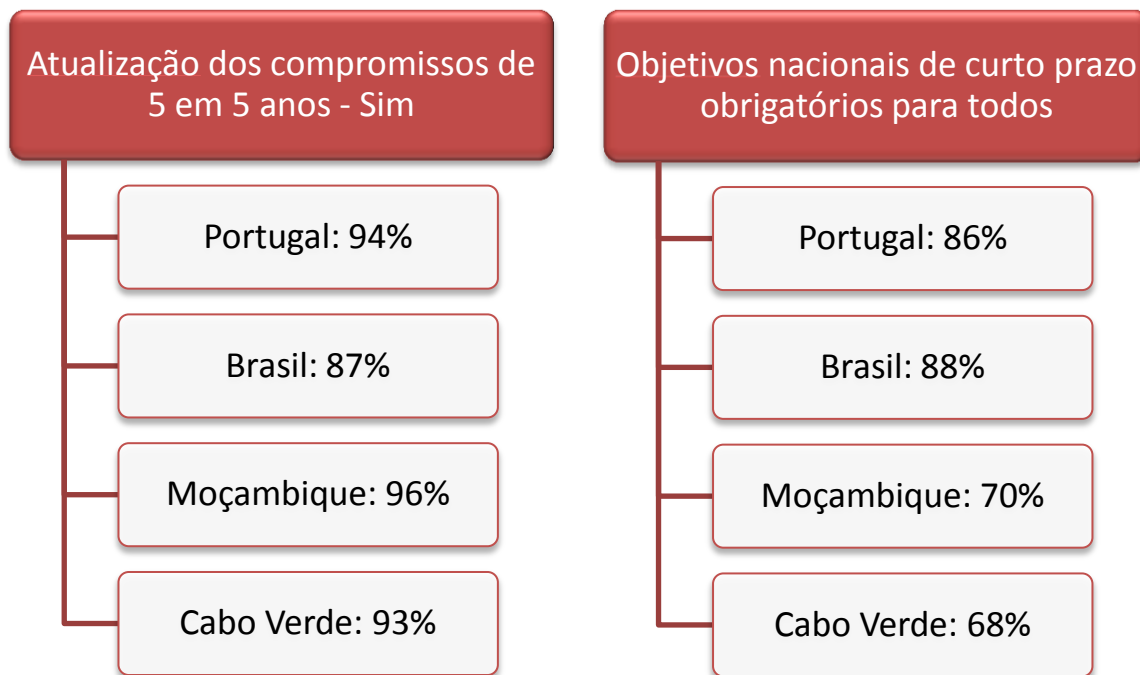
A possibilidade do Acordo de Paris integrar a proposta dos compromissos de ação climática poderem ser atualizados a cada cinco anos pelos países, sem que tal implique a negociação de um novo acordo, recolheu um amplo apoio entre os participantes portugueses (94%), que em nada se

distingue do apoio registado a nível mundial (92%) e na UE (95%).

A inclusão de objetivos nacionais de curto prazo obrigatórios para todos os países foi também muito bem aceite pelos participantes na consulta mundial.



A proposta de atualização é quase unanimemente aceite entre os participantes de Portugal, do Brasil, de Moçambique e de Cabo Verde. Já em relação aos objetivos nacionais de curto prazo obrigatórios para todos observa-se uma menor adesão à ideia por parte de Moçambique e Cabo Verde.



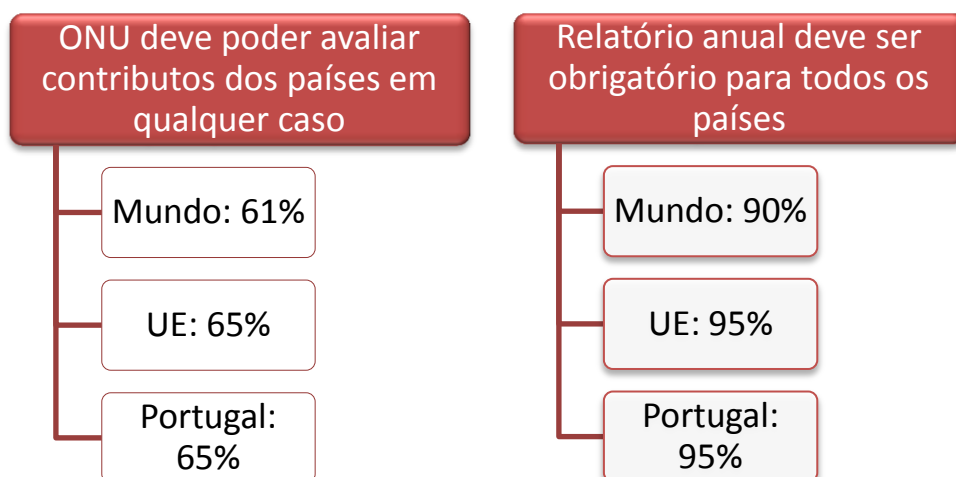
Transparência

Garantir a monitorização e fiscalização como forma de assegurar a transparência sobre o que está a ser feito e quais os seus resultados é uma área que reúne amplo consenso, não apenas a nível nacional, mas também mundial.

As Nações Unidas tendem a ser entendidas como uma entidade idónea que pode mais facilmente assumir as funções de fiscalizador, quer do

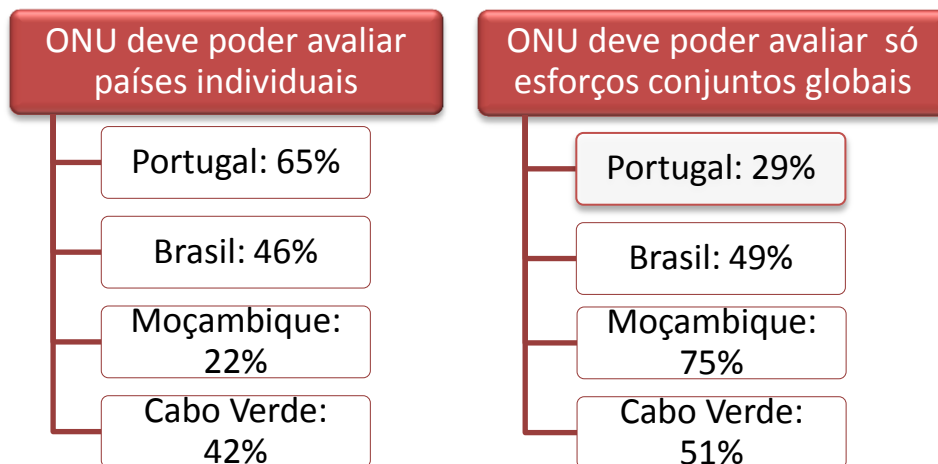
contributo, quer da justiça das ações climáticas dos países. Esta abordagem é defendida, em particular se aplicável a países individuais e em contexto de apoio à implementação de medidas de combate às alterações climáticas.

A obrigação de realização de um relatório anual por cada país, que documente a evolução face aos objetivos propostos foi também uma medida muito consensual em todas as áreas geográficas – Portugal, UE e Mundo.



No âmbito dos países da CPLP observa-se um padrão de resposta claramente distinto do observado em Portugal, dado que cá a opção mais selecionada é a que considera que as Nações Unidas devem ter essa autoridade para países individuais (65%), ao passo que no Brasil

(49%), em Cabo Verde (51%) e muito em particular em Moçambique (75%), a tendência mais marcada é a de defender que essa autoridade só deve existir para os esforços conjuntos globais.



Há um claro consenso a favor da existência destes documentos, sendo que em Portugal 95% dos participantes concordam que todos os países deviam publicar um relatório anual sobre as suas

emissões e dar conta do progresso do seu contributo; no Brasil são 99%, em Moçambique 89% e em Cabo Verde 94%.

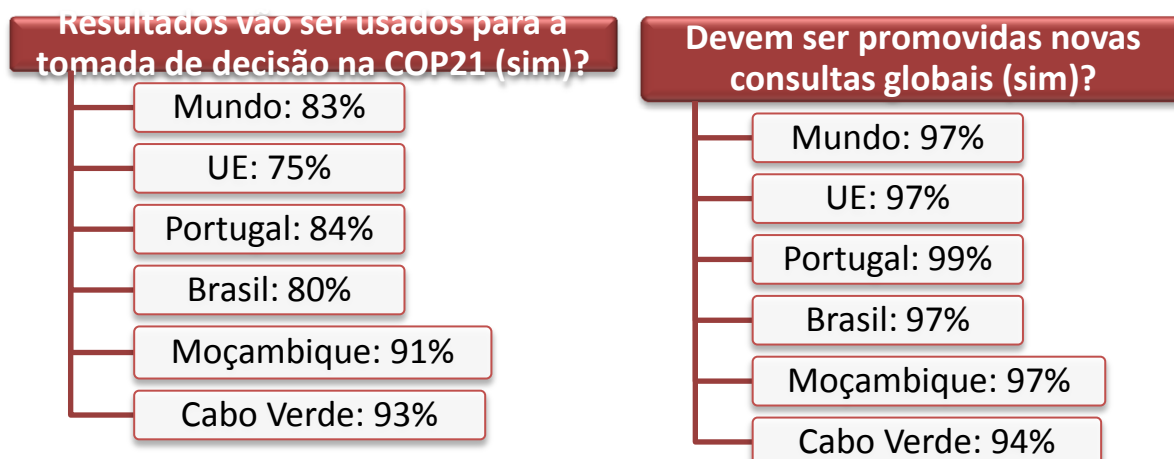
TEMA 4 – A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS E O IMPACTO NAS POLÍTICAS

As expectativas

Uma larga maioria dos participantes nesta consulta (84%) acredita que os resultados terão peso nas negociações da COP21, que se realizará em Dezembro, em Paris. Esta expectativa

demonstra que acreditam que o seu esforço e contributo não foram em vão.

Existe uma unanimidade clara em considerar que eventos como este devem repetir-se sobre este e outros temas.





Referências

Bedsted, Bjorn, Yves Mathieu e Christian Leyrit. 2015. World Wide Views On Climate And Energy: From the world's citizens to the climate and energy policymakers and stakeholders. Danish Board of Technology Foundation, Missions Publiques and the French National Commission for Public Debate. www.climateandenergy.wwviews.org

Fonseca, Susana, Luísa Schmidt e Ana Delicado. 2015. *Relatório final da consulta mundial sobre Clima e Energia – World Wide Views on Climate and Energy – Portugal*, ICS-ULisboa

Ficha técnica:

Coordenação: Luísa Schmidt e Ana Delicado

Equipa: Luísa Schmidt, Ana Delicado e Susana Fonseca;

Parceiros: Embaixada Francesa e Instituto de Tecnologia Química e Biológica - Mara Almeida

Apoios: Ministério Francês de Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia; Agência Portuguesa do Ambiente; Fundação Calouste Gulbenkian; EDP; Veolia; Generg; Neoen.

<https://www.facebook.com/WWViewsClimaEnergiaPT>

o b s e r v a

Observatório de Ambiente, Território e Sociedade

O OBSERVA - Observatório de Ambiente, Território e Sociedade é um programa de investigação e disseminação de informação científica sobre a componente social das questões ambientais e de território, que pertence ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Tem como missão:

- Promover a compreensão dos fenómenos sociais associados à crise ambiental e ao desafio da sustentabilidade;
- Disponibilizar informação atualizada e útil a investigadores, a decisores e ao público em geral;
- Dinamizar iniciativas e eventos que estimulem a reflexão, o entendimento e a intervenção pública na busca de soluções para os problemas ambientais e de território, numa perspetiva de cidadania participativa.

Saiba mais em: www.observa.ics.ul.pt